



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO IX

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM DELIBERAÇÕES PUBLICADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA - PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
PROCESSO TC Nº: 1550010-0 (AUDITORIA ESPECIAL)			
que, ao realizar compra de móveis escolares por meio de inexigibilidade, observe os requisitos impostos pela Lei de Licitações, referentes ao Processo de Padronização, bem como pelos Princípios da Economicidade, da Isonomia, da Publicidade. Ademais, que sejam respeitados os ditames legais e regulamentares referentes à execução dos contratos, notadamente quanto à liquidação e pagamento, arredando-se, por óbvio, a antecipação do pagamento à margem das normas de regência.	implementada	desde a recomendação o Município passou a observar efetivamente os requisitos impostos pela Lei de Licitações, referentes ao Processo de Padronização, bem como os Princípios da Economicidade, da Isonomia, da Publicidade. Também passou a respeitar os ditames legais e regulamentares referentes à execução dos contratos, notadamente quanto à liquidação e pagamento, arredando-se, por óbvio, a antecipação do pagamento à margem das normas de regência	

Petrolândia PE, 31/12/2017

OBS: AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2015 E 2016 ESTÃO AINDA EM FASE DE INSTRUÇÃO.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.